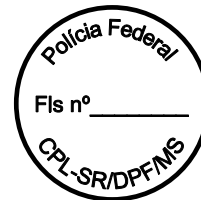




MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



Anexo III

Direitos e Obrigações do SRP

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO por SRP nº 9/2016
(Sistema de Registro de Preços)

PROCESSO nº 08335.014867/2016-48

ARTIGO PRIMEIRO – DO OBJETO

- 1.1. Trata a presente Ata de eventual AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MECÂNICOS, através do SRP - Sistema de Registro de Preços, conforme especificações, quantidades e condições constantes deste Edital e seus Anexos, objetivando atender as necessidades do Grupo de Perícias Externas do Setor Técnico Científico da SR/DPF/MS.

ARTIGO SEGUNDO - DO PREÇO E DA VALIDADE DOS PREÇOS

- 2.1. Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços, são os constantes no Anexo II, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 9/2016.
- 2.2. Nos fornecimentos decorrentes dessa Ata, serão observados os preços, prazos, artigos e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº 9/2016, que precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
- 2.3. Em cada fornecimento o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 9/2016 pelas empresas vencedoras do certame.
- 2.4. A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, enquanto a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013.
- 2.5. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a SR/DPF/MS não será obrigada a adquirir o material citado no Artigo Primeiro exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas vencedoras, ou ainda cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas, garantidos à vencedora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

ARTIGO TERCEIRO - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

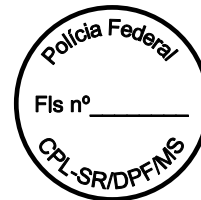
- 3.1. Não será permitida adesão à presente Ata de Registro de Preço.

ARTIGO QUARTO - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 4.1. O material adquirido será recebido pelo NAD – SR/DPF/MS - Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul, situado a Rua Fernando Luiz Fernandes, nº 322 – Vila Sobrinho, Campo Grande-MS.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



- 4.2. Prazo máximo será de 15 (quinze) dias úteis para a entrega do objeto licitado, contados do recebimento da nota de empenho.
- 4.3. A recusa dos materiais por divergência com a proposta apresentada e/ou a Nota de Empenho, defeito ou irregularidade na documentação fiscal não acarretará a suspensão do prazo de entrega, ficando a adjudicatária obrigada à substituição ou reparação no prazo que lhe for estabelecido.
- 4.4. A adjudicatária deverá efetuar a troca imediata do material entregue, objeto desta licitação, que estiver fora das especificações contidas na proposta, ou em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem qualquer ônus para a adquirente.
- 4.5. A adjudicatária deverá assumir inteira responsabilidade pela entrega que efetuar, de acordo com as especificações constantes do presente Edital e Anexos, bem como da respectiva proposta, obedecendo ao Código de Defesa do Consumidor quanto às condições dos materiais entregues.

ARTIGO QUINTO - DO PAGAMENTO E DOS ENCARGOS MORATÓRIOS

- 5.1. O recebimento e a aceitação do objeto de licitação obedecerão ao disposto no artigo 73, inciso II e seus parágrafos, da Lei 8.666/93.
- 5.2. O pagamento integral será efetuado pelo NEOF/SR/DPF/MS, em moeda corrente nacional, mediante Ordem Bancária, e ocorrerá até o 30º (trigésimo) dia após a data de recebimento do material pela fiscalização, mediante a apresentação da competente Nota Fiscal ou Fatura, com o recebimento definitivo do respectivo material devidamente atestado pelo setor competente. Será admitido o pagamento parcial referente às mercadorias entregues até o final do exercício corrente.
- 5.3. O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho do material fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando de sua utilização.
- 5.4. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela própria contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas, não se admitindo Notas Fiscais/ Faturas emitidas com outros CNPJ, mesmo aquelas de filiais ou da matriz. As Notas Fiscais deverão conter discriminação idêntica à contida na respectiva Nota de Empenho.
- 5.5. Antes da emissão da Nota de Empenho, será feita consulta “on line” ao SICAF, para verificação da regularidade da empresa.
- 5.6. Conforme Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, serão retidos os percentuais referentes a tributos e contribuições federais, exceto no caso de pessoas jurídicas optantes pelo “SIMPLES”.
- 5.7. Como critério de Encargos Moratórios dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, a SR/DPF/MS define como índice de atualização o Índice de Preço ao Consumidor Amplo-(IPCA), pró-rata temporis, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

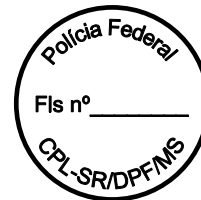
Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

I = (TX/100) / 365

TX = Percentual da taxa anual = 6%

- 5.8.** O presente critério aplica-se aos casos de compensações financeiras por eventuais atrasos de pagamentos e aos casos de descontos por eventuais antecipações de pagamento.

ARTIGO SEXTO - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

- 6.1.** A entrega do produto só estará caracterizada mediante solicitação do pedido do material.
- 6.2.** A empresa vencedora é obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega dos mesmos esteja prevista para data posterior a seu vencimento.
- 6.3.** Se a qualidade do material entregue não corresponder às especificações exigidas no Edital que precedeu a presente Ata, a remessa do produto apresentado será devolvida ao fornecedor, para substituição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

ARTIGO SÉTIMO - DAS OBRIGAÇÕES DA(S) EMPRESA(S) VENCEDORA(S)

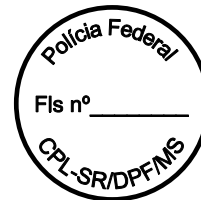
- 7.1.** Além das responsabilidades resultantes da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA deverá obedecer às seguintes disposições:
- I.** Fornecer o objeto da contratação de acordo com o contratado;
 - II.** Verificar junto às empresas fornecedoras/fabricantes dos materiais especificados a disponibilidade e prazos de entrega dos mesmos, não podendo alegar posteriormente problemas de fornecimento e/ou impossibilidade de aquisição como motivos que justifiquem atrasos no fornecimento;
 - III.** Responder satisfatoriamente qualquer questionamento do representante da SR/DPF/MS, inerentes ao objeto da contratação;
 - IV.** manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação ou, caso não seja cadastrado no SICAF, apresentar para cadastramento, que deverá ser feito pela Administração, sem ônus para o proponente, antes da contratação, a documentação apresentada para habilitação, devidamente atualizada.

ARTIGO OITAVO - DAS OBRIGAÇÕES DA SR/DPF/MS

- 8.** Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 8.666/93, a CONTRATANTE deverá:
- I.** indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os materiais, permitindo ao pessoal da contratada acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;
 - II.** acompanhar e atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação;
 - III.** efetuar os pagamentos à CONTRATADA;
 - IV.** aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



ARTIGO NONO - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

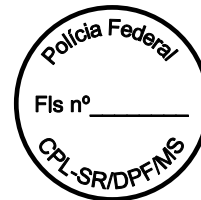
- 9.1.** Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas nesta licitação, erros ou atraso no fornecimento e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, a seu critério, isolada ou cumulativamente, garantida a prévia defesa, aplicar à(s) adjudicatária(s) as seguintes penalidades:
- 9.1.1.** advertência por escrito;
 - 9.1.2.** multa de 0,5% (três décimos por cento) por dia de atraso na entrega dos materiais, até o limite de 10 (dez) dias corridos, calculada sobre o valor da Nota de Empenho, quando não comprovar motivo de força maior ou caso fortuito impeditivos do cumprimento da obrigação assumida dentro do prazo estabelecido, que venha a ser reconhecido pela Administração;
 - 9.1.3.** multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total da aquisição, quando der causa à anulação da correspondente Nota de Empenho, sem prejuízo das demais cominações legais;
 - 9.1.4.** Multa de 1% (um por cento) por dia de atraso na entrega dos materiais, a partir do décimo primeiro até o vigésimo dia, calculada sobre o valor da Nota de Empenho;
 - 9.1.5.** Declaração de inidoneidade quando a adjudicatária, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má fé;
 - 9.1.6.** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
 - 9.1.7.** Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- 9.2.** As referidas multas serão descontadas do pagamento ou cobradas judicialmente.
- 9.3.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, a empresa deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo de aplicação cumulativa das multas previstas no Edital, nos termos do parágrafo único do art. nº 14 do Decreto nº 3.555/2000.
- 9.4.** Da sanção aplicada caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada até o julgamento do pleito.
- 9.5.** Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso na entrega do material advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

ARTIGO DÉCIMO - DA REVISÃO DOS PREÇOS

- 10.1.** Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses previstas no art. 17 do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013.
- 10.2.** O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos materiais, devidamente comprovado, cabendo a SR/DPF/MS, por meio do empregado designado gestor da Ata, promover as necessárias negociações junto às empresas vencedoras.
- 10.3.** Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o gestor da Ata deverá:



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



- a) convocar a empresa vencedora visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
 - b) frustrada a negociação, a empresa vencedora será liberada do compromisso assumido; e,
 - c) convocar as demais empresas visando igual oportunidade de negociação.
- 10.4.** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a empresa vencedora, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o gestor da Ata poderá:
- a) liberar a empresa vencedora do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
 - b) convocar as demais empresas visando igual oportunidade de negociação.
 - c) Não havendo êxito nas negociações, o gestor da Ata procederá a revogação da mesma e a adoção das medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

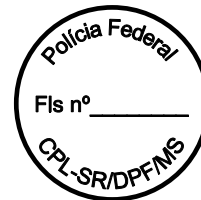
- 11.1.** O material de que trata esta Ata de Registro de Preços será recebido pelo Chefe do Núcleo de Material ou por Comissão de Recebimento, conforme o caso, consoante o disposto no art. 73 da Lei Federal 8.666/93 e demais normas pertinentes.
- 11.2.** A cada fornecimento de material será emitido recibo nos termos da lei 10.520/2002 e Decreto 3.555/2000, por pessoa indicada pela administração.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

- 12.1.** A empresa vencedora terá o seu registro de preço cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurados o contraditório e a ampla defesa:
- 12.1.1.** A pedido da empresa vencedora, mediante solicitação por escrito, quando:
- a) comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da presente Ata;
 - b) comprovar a ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução da Ata, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado; ou,
 - c) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexecutável em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do material.
- 12.1.2.** Por iniciativa da SR/DPF/MS, quando:
- a) a empresa vencedora não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
 - b) a empresa vencedora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
 - c) a empresa vencedora perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



- d) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- e) a empresa vencedora não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preço, ou
- f) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

12.2. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a SR/DPF/MS por intermédio do gestor da Ata fará o devido apostilamento na mesma informando às empresas vencedoras a nova ordem de registro.

12.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por intermédio de correspondência, mediante recibo, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

12.4. A solicitação da empresa vencedora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada no prazo máximo de 30 (trinta) dias da ocorrência do fato, condicionada a análise e eventual aceitação ao atendimento de eventual pedido de fornecimento em aberto, facultada à SR/DPF/MS a aplicação das penalidades previstas no Artigo Nono, caso não aceitas as razões do pedido.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

13. As aquisições referentes ao objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, mediante a entrega da Nota de Empenho.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14. Integram esta Ata, o Edital e anexos do Pregão Eletrônico nº 9/2016 e as propostas das empresas que apresentaram os menores preços na etapa de lances.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – DO FORO

15. Para dirimirem toda e qualquer questão decorrente desta licitação e do instrumento de Contrato, será competente o Foro da Seção Judiciária da Justiça Federal da Capital do Estado de Mato Grosso do Sul, renunciando as partes envolvidas a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.